

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1
---	------------------------------	---

Parte I - PREMISSAS CONSTITUCIONAIS

2	DELINEAMENTOS CONSTITUCIONAIS E HERMENÊUTICOS INDISSOCIÁVEIS PARA COMPREENSÃO DA PRISÃO PROVISÓRIA E SOLTURA	7
2.1	Hermenêutica constitucional do processo penal: modelo constitucional de processo penal	7
2.1.1	A importância dos princípios e sua indiscutível normatividade	15
2.1.2	Distinções básicas entre princípios e regras jurídicas como espécies normativas	21
2.1.3	Do Estado principal em substituição ao Estado legal como vetor de análise da temática.....	27
2.1.4	Princípios instrumentais de interpretação constitucional que sedimentam a nova postura do hermeneuta.....	30
2.1.5	A jurisdição constitucional como o arrimo de uma nova hermenêutica.....	37
2.1.6	Modelo constitucional de processo penal	38
2.1.7	O Projeto de Lei 4.208/2001 e sua simbiose com as premissas constitucionais no tema da prisão e da soltura	41
2.2	Síntese conclusiva das premissas constitucionais que devem delinear toda a atividade jurisdicional relativa às prisões provisórias e aos institutos de restabelecimento da liberdade	45
2.3	Jurisprudência atinente à matéria.....	48

Parte II - PRISÃO PROCESSUAL

3	VISÃO PANORÂMICA DAS PRISÕES NO ORDENAMENTO PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO E A CAUTELARIDADE DAS PRISÕES PROCESSUAIS	61
3.1	A prisão processual.....	61
3.2	A lentidão processual e a necessidade de proteção da utilidade da sentença	65
3.3	Da vedação de satisfatividade à prisão processual penal.....	67
3.4	Da prisão provisória como instrumento de cautela	70
3.5	A proporcionalidade da prisão cautelar e o <i>periculum in mora</i> inverso	73
3.6	Das espécies de prisão cautelar	77
3.7	Síntese conclusiva	79
3.8	Jurisprudência atinente à matéria.....	81
4	PRISÃO EM FLAGRANTE DE DELITO	87
4.1	Intróito	87
4.2	Da homologação do flagrante de delito.....	93
4.3	Especificidades da natureza cautelar do flagrante de delito.....	101
4.4	Espécies de flagrante	107
4.4.1	Do flagrante próprio.....	107
4.4.2	Do flagrante impróprio.....	111
4.4.3	Do flagrante ficto.....	116
4.5	Síntese conclusiva	119
4.6	Jurisprudência atinente à matéria.....	121
5	PRISÃO TEMPORÁRIA.....	127
5.1	Considerações introdutórias, conceituação e cabimento.....	127
5.2	A prisão temporária enquanto custódia precaucional viabilizadora da prisão preventiva	132
5.3	A ampliação da prisão temporária na Lei 8.072/1990.....	136
5.3.1	A prisão temporária na Lei de Tóxicos	140
5.4	A prisão temporária na investigação ministerial.....	141
5.5	Da impossibilidade de determinação da prisão temporária de ofício	144

5.6 O interesse da persecução inquisitorial e o seu reflexo na continuidade da prisão temporária.....	147
5.7 O prazo do encarceramento temporário.....	151
5.8 A prorrogação da prisão temporária.....	153
5.9 O encarceramento dos presos temporários.....	154
5.10 Plantão permanente na prisão temporária.....	155
5.11 A apresentação do preso à autoridade judicial.....	156
5.12 Síntese conclusiva.....	157
5.13 Jurisprudência atinente à matéria.....	160
6 PRISÃO PREVENTIVA.....	167
6.1 Noções gerais.....	167
6.2 A prisão preventiva e seu enfoque histórico no ordenamento pátrio....	169
6.3 Tratamento normativo da custódia preventiva à luz do direito posto em sede infraconstitucional.....	171
6.4 A atuação judicante na decretação da prisão preventiva.....	172
6.5 Oportunidade processual da prisão preventiva.....	175
6.5.1 Do marco inicial da custódia preventiva.....	175
6.5.2 Do marco final da custódia preventiva.....	178
6.6 Elementos cautelares da prisão preventiva.....	181
6.6.1 O <i>fumus boni iuris</i> da prisão preventiva: sua presença e permanência durante o estado de cárcere precoce.....	181
6.6.2 <i>Fumus boni iuris</i> nos crimes hediondos e equiparados.....	184
6.6.3 <i>Periculum in mora</i> na custódia preventiva.....	187
6.6.3.1 Prisão preventiva para garantia da ordem pública.....	188
6.6.3.2 Prisão preventiva para garantia da ordem econômica.....	196
6.6.3.3 Prisão preventiva por conveniência da instrução criminal.....	198
6.6.3.3.1 Do limite temporal do fundamento da conveniência da instrução penal como medida cautelar do processo.....	200
6.6.3.3.2 A fuga e o juízo de conveniência da instrução criminal..	203
6.6.3.4 Prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal.....	207
6.7 Balizamentos impeditivos da admissibilidade da prisão preventiva.....	210
6.7.1 A permissibilidade da preventiva na violência doméstica e familiar..	214
6.8 A antevisão da ausência de crime como vedação da custódia preventiva.....	217

6.9	Prisão preventiva para garantir a regularidade da CPI.....	219
6.10	Síntese conclusiva.....	223
6.11	Jurisprudência atinente à matéria	229
7	A PRISÃO POR OCASIÃO DA PRONÚNCIA.....	239
7.1	Introdução	239
7.2	Da impossibilidade de a pronúncia gerar, por si só, prisão provisória ...	243
7.3	Dos efeitos do reducionismo da prisão decorrente de pronúncia à prisão preventiva	245
7.4	A pronúncia e a impossibilidade do juízo de presunção de fuga	248
7.5	Do pronunciado preso por ocasião da pronúncia	251
7.6	A primariedade e bons antecedentes do pronunciado e sua influência no juízo de cautelaridade	254
7.7	Da prisão cautelar na pronúncia em delito afiançável.....	258
7.8	Da prisão preventiva pós-pronúncia	261
7.9	Síntese conclusiva	261
7.10	Jurisprudência atinente à matéria	264
8	PRISÃO POR OCASIÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA RECORRÍVEL.....	269
8.1	Introdução do tema	269
8.2	A prisão decorrente da sentença condenatória recorrível e o duplo grau de jurisdição.....	272
8.3	O juízo de cautelaridade enquanto condição da prisão proferida por ocasião da sentença condenatória não passada em julgado.....	275
8.4	A mudança do título da prisão e a necessidade de nova decisão	277
8.5	A prisão cautelar perante o <i>decisum</i> absolutório	279
8.6	A execução penal provisória e sua influência na sistemática da prisão cautelar	282
8.7	A prisão precaucional em outro processo e a execução penal definitiva ou provisória.....	287
8.8	A sentença absolutória imprópria e a prisão cautelar.....	289
8.9	A custódia cautelar e os recursos especial e extraordinário.....	292
8.10	Síntese conclusiva.....	294
8.11	Jurisprudência atinente à matéria	296

Parte III - SOLTURA

9	INSTITUTOS RESTABELECEDORES DO <i>STATUS LIBERTATIS</i> NO CURSO DAS PERSECUÇÕES PENAIIS.....	303
9.1	Justiça penal <i>versus</i> direitos fundamentais	303
9.2	A presunção de não-culpabilidade e os institutos restabelecadores do <i>status libertatis</i>	306
9.3	Síntese conclusiva	311
9.4	Jurisprudência atinente à matéria.....	312
10	DO RELAXAMENTO DAPRISÃO ILEGAL	317
10.1	Considerações iniciais	317
10.2	A constrição libertária no flagrante viciado	318
10.3	O retorno do inquérito à polícia e suas conseqüências no flagrante... ..	321
10.4	O flagrante com vício e o excesso de prazo na formação da culpa.....	324
10.5	Crimes hediondos e o excesso de prazo na formação da culpa.....	327
10.6	Crimes praticados por organização criminosa e o excesso de prazo na formação da culpa.....	329
10.7	O prazo dos 81 dias.....	330
10.8	A contribuição da defesa no excesso de prazo na formação da culpa	333
10.9	A fixação do prazo para conclusão da instrução criminal pelo órgão judicante.....	335
10.10	Síntese conclusiva	336
10.11	Jurisprudência atinente à matéria.....	338
11	A LIBERDADE PROVISÓRIA.....	345
11.1	Noções gerais	345
11.2	A liberdade provisória sem vinculação.....	350
11.3	A liberdade provisória com vinculação não-pecuniária	354
11.3.1	A liberdade provisória na pronúncia e na sentença condenatória recorrível.....	356
11.3.2	O descumprimento do compromisso.....	359
11.3.3	Vedação da liberdade provisória.....	361
11.4	A liberdade provisória com vinculação pecuniária.....	371

11.4.1 A validade da liberdade vinculada mediante fiança no processo penal brasileiro	373
11.4.1.1 Problemática da compatibilidade da coexistência dos institutos jurídicos da liberdade vinculada com e sem fiança.....	374
11.4.1.2 A revogação da fiança	375
11.4.1.3 A não-abolição da fiança e a necessidade da construção de uma norma jurídica mais benéfica aos acusados em processo penal por crimes afiançáveis.....	378
11.4.1.4 A fiança no anteprojeto que modifica o Código de Processo Penal e a solidificação do seu perfil cautelar	383
11.4.2 Da dinâmica da concessão da fiança.....	390
11.4.3 Da limitação à liberdade provisória apenas quando prestada fiança.....	394
11.4.4 Vedação constitucional da fiança	397
11.4.5 Cassação da fiança.....	399
11.4.6 Quebramento e perda da fiança	404
11.4.7 Da impossibilidade de prestação da fiança	408
11.5 Síntese conclusiva.....	409
11.6 Jurisprudência atinente à matéria	415
12 REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.....	423
12.1 Introdução.....	423
12.2 Revogação da preventiva nos crimes hediondos e equiparados.....	428
12.3 Restabelecimento da prisão revogada.....	430
12.4 Síntese conclusiva.....	432
12.5 Jurisprudência atinente à matéria	434
13 HABEAS CORPUS	441
13.1 Introdução.....	441
13.2 Cronologia do <i>habeas corpus</i>	443
13.3 O <i>habeas corpus</i> liberatório	447
13.4 O <i>habeas corpus</i> de ofício, a impetração apócrifa e a anônima.....	450
13.5 Liminar no <i>habeas corpus</i>	453
13.6 Casuística da coação ilegal no Código de Processo Penal.....	456

13.7 A efetivação imediata da ordem de soltura	468
13.8 Síntese conclusiva.....	471
13.9 Jurisprudência atinente à matéria	474

Parte IV - RESPONSABILIDADE CIVIL

14 DA REPARAÇÃO CIVIL DECORRENTE DA PRISÃO PROVISÓRIA.....	485
14.1 Considerações gerais	485
14.2 Retrospecção histórica da responsabilidade objetiva do Estado no direito pátrio.....	489
14.3 Do ato legislativo e a potencialidade para gerar dano injusto.....	490
14.3.1 Dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade da norma que estatui prisão <i>ope legis</i> e o direito à reparação civil	493
14.4 A responsabilização civil do Estado pelo ato jurisdicional.....	496
14.5 A absolvição penal e a obrigação de indenizar o réu submetido à prisão processual	500
14.6 A responsabilidade civil pelo erro fático do cabimento da prisão processual	503
14.7 A responsabilidade civil do juiz.....	504
14.8 Síntese conclusiva.....	507
14.9 Jurisprudência atinente à matéria	511
BIBLIOGRAFIA	525